

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP

Processo nº 1127919-19.2018.8.26.0100

Recuperação Judicial

BRASIL TRUSTEE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL,

Administradora Judicial nomeada por esse MM. Juízo, já qualificada, por seus representantes ao final assinados, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI.**, e **TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI EIRELI.**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o *RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES* das Recuperandas, nos termos a seguir.

São Paulo

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

Curitiba

Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

Sumário

I – DA REUNIÃO PERIÓDICA	3
I.I - OBJETIVOS DESTE RELATÓRIO	5
II – BREVE HISTÓRICO E PANORAMA GERAL	5
III – FOLHA DE PAGAMENTO.....	8
III.I – COLABORADORES	9
III.II - PRÓ- LABORE.....	11
IV – EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)	14
V – ÍNDICES DE ANÁLISE CONTÁBIL	15
V.I – LIQUIDEZ GERAL.....	16
V.II - CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO.....	17
V.III – DISPONIBILIDADE OPERACIONAL	19
V.IV - GRAU DE ENDIVIDAMENTO.....	20
VI – FATURAMENTO	23
VII – BALANÇO PATRIMONIAL	25
VII.I ATIVO	25
VII.II PASSIVO.....	30
VII.III – PASSIVO CONCURSAL	34
VIII – DÍVIDA TRIBUTÁRIA	35
IX – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	37
X – CONCLUSÃO.....	42

São Paulo

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

Curitiba

Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

I – DA REUNIÃO PERIÓDICA

Dando sequência às reuniões periódicas realizadas por videoconferência, em **08 de agosto de 2022**, às **11h00**, esta Administradora Judicial reuniu-se virtualmente com os representantes das Recuperandas, estando presentes no ato:

RECUPERANDA	ADMINISTRADORA JUDICIAL
Wilson, Edilson, Ricardo – Sócios.	Priscila Pires – Coordenadora Contábil Juliana Botelho – Supervisora Contábil
Guilherme Padilha – LBZ Advocacia.	Bruno Silva – Analista Contábil.
Amanda – LBZ Advocacia.	Kelly – Coordenador Jurídico.
Ana Caroline – LBZ Advocacia.	Ygor Moura – Advogado.

Segundo informações prestadas pelos responsáveis:

- (i) Por ora, não há perspectivas de novas contratações. Esclarecido pelos responsáveis que o Quadro de colaboradores está estagnado e prejudicado pelo processo de Recuperação Judicial, sendo assim não há motivo para contratações de novos colaboradores;
- (ii) Com relação ao passivo tributário, os sócios haviam contratado uma empresa especializada na recuperação de tributos, porém não foi possível a aferição de valores consideráveis aptos a serem recuperados/compensados, sendo assim, encerraram o diálogo com

a empresa especializada e hoje não há um planejamento do pagamento da dívida a curto e longo prazo;

- (iii) Quanto a previsão de crescimento do faturamento para os próximos meses, segundo informado na reunião periódica, as previsões para os próximos meses são de alavancagem em razão da entrada de 2 (dois) novos contratos de locação de equipamentos;
- (iv) No mais, restou esclarecido que pelos sócios que o processo de recuperação judicial tem influenciado negativamente na imagem da empresa no mercado, justificando a queda do faturamento e a dificuldade na celebração de novos negócios;
- (v) Quanto aos empréstimos de valores aos sócios, novamente foi abordada a questão e esclarecido que em razão de problemas com bloqueios nas contas das empresas, vêm ocorrendo a transferências entre a conta da Shinozaki e o senhor Ricardo, em especial por conta dos bloqueios trabalhistas, sendo certo que, mais uma vez, esta Administradora Judicial informou que os referidos empréstimos estão sendo feitos de forma indevidas;
- (vi) Quanto ao pagamento de valores a título de rescisão do ex-funcionário **BRUNO JACOB** no mês de maio/2022, desligado em novembro/2021, segundo informado pelos sócios, o valor pago em maio/22, se refere ao parcelamento de rescisão junto ao ex colaborador, sendo que não existe um acordo por escrito, apenas de forma verbal.

Por fim, esta subscritora destaca que permanece na fiscalização das atividades das Recuperandas, obtendo informações diárias sobre o modelo de negócio das Devedoras, pelo que apresenta periodicamente as informações obtidas em razão da referida movimentação,

bem como de seus reflexos nos presentes autos, para o conhecimento de todos os interessados no feito recuperacional.

I.1 - OBJETIVOS DESTE RELATÓRIO

- a) Apresentar ao MM. Juízo o Relatório das Atividades das Recuperandas do mês de **junho de 2022**, conforme determinado no art. 22, inciso II, alínea “c” da Lei 11.101/2005, alterada pela Lei 14.112/2020.
- b) Informar o quadro atual de colaboradores diretos e indiretos;
- c) Analisar a situação econômico-financeira;
- d) Analisar os resultados apresentados.

II – BREVE HISTÓRICO E PANORAMA GERAL

Considerando as informações constantes dos autos, os documentos fornecidos pelas Recuperandas e a primeira visita *in loco* realizada pela equipe de Administração Judicial no dia 21/02/2019, verificou-se que diversos foram os fatores que as levaram ao atual estado de dificuldade financeira.

Os representantes das Recuperandas atribuem a difícil situação financeira em que vivem as Empresas, sobretudo, às mudanças ocorridas no cenário econômico do país em meados de 2015, oportunidade na qual se criou um ambiente interno de dificuldade econômico-financeira, além do aumento da concorrência, retração do mercado consumidor e a maior seletividade para concessão de créditos.

Além do exposto acima, elegem como fatores para o atingimento da crise financeira: **(i)** as dívidas oriundas de investimentos para participar de grande projeto de transporte e logística das pás eólicas (Complexo Eólico do Alto Sertão III); **(ii)** a desvalorização do valor de frete e, por

fim, citam **(iii)** a queda constante nos seus índices de crescimento enfrentado pelos seus principais clientes, Empresas do setor de energia.

Ao longo dos últimos anos, o Grupo acompanhou o crescimento de todos os setores da economia brasileira, crescimento esse que se deu principalmente pelo aumento da demanda do setor de energia.

As Recuperandas tiveram uma séria complicação para manter os seus preços competitivos, tendo em vista o incremento do mercado concorrencial, o que causou um acréscimo no volume de seu endividamento.

Além disso, seus principais clientes (Empresas do setor de energia), ao longo do ano de 2015, passaram a enfrentar quedas constantes nos seus índices de crescimento, o que cresceu cada vez mais nos anos seguintes, refletindo diretamente no Grupo Shinozaki.

Com isso, as Recuperandas adotaram medidas no intuito de reduzir o custo da operação, dentre elas, reestruturação organizacional, simplificando e modernizando a estrutura interna, com desligamento de postos de trabalho ociosos e reestruturação mercadológica buscando o reforço do setor de vendas, mediante a adoção de fortes ações para reposicionamento da marca. Contudo, apenas essas medidas não foram suficientes para que o Grupo Shinozaki superasse o estágio de crise.

Dessa forma, a primeira impressão desta Auxiliar é que a crise econômico-financeira experimentada no país efetivamente acometeu as sociedades empresárias em recuperação, com a conseguinte perda significativa de *market share*, que motivou a propositura da presente demanda recuperacional.

São Paulo

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

Curitiba

Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

Após o pedido de Recuperação Judicial do Grupo em 14/12/2018, as Empresas mantiveram-se ativas e apresentaram faturamento médio de R\$ 57.859,00, no período de janeiro/2019 a junho/2022. Além disso, vale destacar que houve um decréscimo substancial no quadro de Colaboradores desde a impetração do pedido de soerguimento.

Ainda, importante salientar, que por se tratar de um Grupo Empresarial, destacam-se algumas informações importantes conforme o quadro abaixo:

Recuperanda	CNPJ	Estado de atuação
SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA	04.416.200/0001-80	São Paulo
TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI EIRELI	44.394.989/0001-30	São Paulo

Após a primeira reprovação do Plano de Recuperação Judicial das Devedoras em 11/11/2020, uma nova Assembleia Geral de Credores fora convocada por determinação judicial.

Assim, em 22/07/2021, na nova AGC do Grupo Shinozaki, o Plano modificado foi novamente reprovado pelos credores, com a possibilidade de apresentação de novo aditivo ou a aprovação por “*cram down*”.

Às folhas 4.956/4.983, esta Auxiliar do Juízo manifestou-se para apontar que após análise dos documentos disponibilizados pelas Recuperandas, foi possível comprovar, que ao longo dos anos, as retiradas feitas do caixa da empresa por seus sócios tiveram o condão de dilapidar a companhia, colocando-a em situação de insolvência, assim, compreendeu esta Administradora Judicial pela convolação da presente recuperação judicial em falência, com base na disposição do artigo 73, VI da Lei 11.101/2005.

Às folhas 5.195/5.201, tem-se que Vossa Excelência, após analisar o conjunto fático apresentado por esta Auxiliar e com atenção ao posicionamento adotado pelo Ilustre Representante do Ministério Público, entendeu por bem **CONVOLAR EM FALÊNCIA** a recuperação judicial das empresas SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA e TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI EIRELI, em razão de as Recuperandas terem descumprido seu ônus material, mostrando-se evidentemente inviável.

Irresignadas, as Recuperandas apontaram a distribuição do Agravo de Instrumento nº 2074154-86.2022.8.26.0000, em trâmite perante a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ocorre, Excelência, que tal qual apontado pelas Recuperandas às folhas 5.251/5.265, após analisar a fundamentação do recurso manejado, o Desembargador Relator **GRAVA BRAZIL** proferiu decisão monocrática concedendo efeito suspensivo ao recurso, e, determinando que se aguarde o julgamento do feito para o cumprimento das providências determinadas na decisão agravada (fls. 5.195/5.201).

Logo, em razão da falência ter sido provisoriamente suspensa, a **BRASIL TRUSTEE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL** voltou aos trabalhos de fiscalização da Recuperação Judicial e não iniciou os trabalhos de arrecadação dos ativos, retomando a elaboração dos relatórios mensais, valendo salientar que, às folhas 199/226, dos autos recursais, esta Subscritora apresentou seu parecer sobre o processado, opinando pelo **NÃO PROVIMENTO** do Agravo de Instrumento, mantendo-se inalterada a r. sentença que convolou a Recuperação Judicial do Grupo Shinozaki em Falência.

III – FOLHA DE PAGAMENTO

São Paulo
Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas
Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

Curitiba
Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

III.1 – COLABORADORES

No mês de junho/2022, as Recuperandas contavam com um quadro de **12 Colaboradores**, dos quais 09 exerciam suas atividades normalmente, 01 estava afastado por licença sem remuneração, 01 por auxílio-doença e 01 na condição de aposentadoria por invalidez.

A tabela a seguir apresenta o quadro de colaboradores diretos no período de abril a junho/2022:

COLABORADORES	abr/2022	mai/2022	jun/2022
ATIVOS	8	8	9
AUXÍLIO-DOENÇA	1	1	1
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	-	-	1
LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO	2	2	1
TOTAL	11	11	12

Ainda sobre o quadro de funcionários, destaca-se que as Empresas não encaminharam a Folha de Pagamento da Recuperanda SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI nos meses de abril e maio/2022, entretanto, no mês em análise a folha enviada registra o colaborador Paulo de Souza, como “aposentado por invalidez”, bem como outras informações relativas de natureza trabalhista na referida Devedora.

Os custos com a **folha de pagamento** sumarizaram o valor total de **R\$ 33.916,00** no mês de junho/2022, sendo que R\$ 29.176,00 corresponderam aos salários e demais benefícios, e R\$ 4.741,00 correspondem aos encargos sociais de INSS e FGTS. A distribuição dos valores no total do orçamento com os colaboradores está representada na tabela a seguir:

FOLHA DE PAGAMENTO	abr/2022	mai/2022	jun/2022	acum/2022
SALÁRIOS E ORDENADOS	21.418	26.755	27.340	138.413
PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES	1.197	1.430	1.450	7.524
ADICIONAL PERICULOSIDADE	360	385	385	2.212
CUSTOS COM PESSOAL	22.975	28.570	29.176	150.033
INSS S/ FOLHA	1.954	2.362	2.407	12.373
FGTS S/ SALÁRIOS	1.841	2.286	2.334	12.008

ENCARGOS	-	3.795	-	4.648	-	4.741	-	24.382
TOTAL	-	26.770	-	33.218	-	33.916	-	174.415

De forma geral, os dispêndios com o pessoal direto apresentaram majoração de R\$ 698,00, se comparados ao mês anterior, justificada, principalmente, pelo aumento na despesa com "salários e ordenados", e como consequência o aumento em seus encargos sociais de "INSS e FGTS".

Quanto aos pagamentos realizados no mês de junho/2022, constatou-se o adimplemento dos adiantamentos de salários no valor de R\$ 4.116,00, de um total destacado em Folha de R\$ 12.344,00, os saldos de salários na monta de R\$ 4.317,00, frente ao montante líquido informado de R\$ 13.390,00, totalizando os pagamentos de R\$ 8.432,00, inferior ao montante líquido da Folha e demonstrando a inadimplência de R\$ 17.302,00.

Os valores inadimplidos estão sendo transferidos para a conta "obrigações trabalhistas" do subgrupo denominado "passivo não sujeito a recuperação judicial", na Recuperanda Transportadora Irmãos Shinozaki, e estes compõem o total das obrigações com pessoal ao final de junho/22, conforme apontado no tópico VII.II *Passivo*.

Sobre isso, cumpre esclarecer que as Recuperandas não disponibilizaram os comprovantes de pagamentos das obrigações trabalhistas no mês de junho/2022, sendo que foram utilizadas as informações contábeis extraídas do Livro Razão.

No mais, constatou-se que não incorreram em despesas com a contratação de profissionais autônomos para complementação da mão-de-obra, e que os custos com pessoal consumiram 46% do faturamento bruto auferido no mês em análise, atingindo o valor acumulado de R\$ 174.415,00, no ano corrente.

Neste ponto, vale ressaltar que esta Subscritora vem questionando regularmente as Recuperandas acerca do percentual que a Folha consome das receitas operacionais, no intuito de esclarecer os dispêndios com pessoal frente ao baixo faturamento dos últimos meses, sendo que, até o momento, as Recuperandas não se manifestaram.

Outrossim, são recorrentes os alertas sobre a problemática no fato dos Sócios e outras pessoas ligadas as Empresas esvaziarem o caixa das Recuperandas até que se decida o rumo do presente processo recuperacional, conforme exposto em detalhes no tópico II – Breve Histórico e Panorama Geral, com destaque para os valores dispendidos com convênio médico dos Administradores e de seus familiares.

Nesse caso, o pagamento de tais benefícios é reconhecido mensalmente como “despesas administrativas”, mas não está sendo descontado do pró-labore devido aos Gestores, além de ter significativa representação nos custos e despesas mensais das Entidades, como em junho/2022, em que o valor adimplido pela Devedora Transportadora Shinozaki foi de R\$ 7.823,00, o equivalente a 11% das receitas líquidas auferidas no mês em questão.

III.II - PRÓ- LABORE

O **Pró-labore** corresponde à remuneração dos sócios pelo trabalho realizado frente à sociedade empresária. O referido valor deve ser definido com base nas remunerações de mercado para o tipo de atividade exercida.

Para recebimento do pró-labore, é necessário que os administradores componham o Contrato Social e que a remuneração dos

mesmos seja reconhecida no Demonstrativo Contábil como despesa operacional, resultando, assim, na incidência de INSS cota patronal de 20% e IRRF.

Abaixo, segue o demonstrativo de provisionamento do pró-labore, sendo que o salário-mínimo nacional bruto de R\$ 1.212,00 foi utilizado como base para a remuneração dos Sócios no trimestre analisado:

PRÓ-LABORE	mai/2022	jun/2022	jul/2022	acum/2022
TAKASHI SHINOZAKI	1.079	1.079	1.079	6.472
PRÓ-LABORE	1.212	1.212	1.212	7.272
INSS /S PRÓ-LABORE	- 133	- 133	- 133	- 800
MARIA NOBORO SHINOZAKI	-	-	1.079	4.315
PRÓ-LABORE	-	-	1.212	4.848
INSS /S PRÓ-LABORE	-	-	- 133	- 533
TOTAL	1.079	1.079	2.157	10.787

Vale ressaltar que não houve pagamento de pró-labore no mês de junho/2022, mas tão somente a contabilização das despesas a este título no total de R\$ 2.157,00.

Ainda, sobre o inadimplemento da remuneração dos Administradores, as Recuperandas esclareceram, que os pró-labores referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 não estão sendo adimplidos em virtude da indisponibilidade de recursos em caixa.

Nesse sentido, após analisar a documentação encaminhada, identificou-se que durante o período de julho/2021 até junho/2022, houve diversas movimentações na rubrica do Ativo "1.2.1.05.0010 - Empréstimos - Ricardo Shinozaki", a fim de averiguar se a real remuneração dos Dirigentes estaria sendo contabilizada como empréstimos, conforme demonstrado abaixo:

Empréstimos - Ricardo Shinozaki	Retiradas	Devoluções
jul/2021	-62.770	78.130
ago/2021	-89.700	64.370

set/2021	-43.600	81.790
out/2021	-72.710	57.000
nov/2021	-111.280	126.990
dez/2021	-96.060	96.060
jan/2022	-65.460	65.460
fev/2022	-77.070	77.070
mar/2022	-63.050	63.050
abr/2022	-106.900	80.580
mai/2022	-53.670	79.990
jun/2022	-75.510	75.510
Total	- 917.780	946.000

De acordo com o demonstrativo acima, observou-se que de julho/2021 a junho/2022, os valores retirados do caixa das Companhias totalizaram o montante de **R\$ -917.780,00**, enquanto as devoluções corresponderam a **R\$ 946.000,00**. Isto posto, esta Auxiliar do Juízo permanecerá solicitando os devidos esclarecimentos acerca das movimentações na rubrica em questão, o que, inclusive, está sendo tratado em petição específica, além de seguir referenciada nos Relatórios Mensais, todavia, ainda restam pendentes de devolução diversos valores decorrentes de retiradas feitas pelos membros da família Shinozaki aos caixas da companhia.

Conforme consulta realizada em 29/07/2022, à Ficha Cadastral Simplificada disponível no site da Junta Comercial do estado de São Paulo, as Recuperandas estão localizadas na Avenida Nossa Senhora do Ó, nº 865 – Sala 1414 – 16 - A, CEP 02715-000, no Bairro Limão da Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e o seu capital social perfaz o montante de R\$ 920.000,00, estando distribuído da seguinte forma:

QUADRO SOCIETÁRIO		
CNPJ - 44.394.989/0001-30 - TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI EIRELI		
	PERCENTUAL	VALOR
TAKASHI SHINOZAKI	100%	R\$ 800.000
TOTAL	100%	R\$ 800.000
CNPJ - 04.416.200/0001-80 - SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI		
	PERCENTUAL	VALOR
MARIA NOBORO SHINOZAKI	100%	R\$ 120.000
TOTAL	100%	R\$ 120.000
CAPITAL CONSOLIDADO		R\$ 920.000

IV – EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)

O **EBITDA** corresponde a uma sigla em inglês que, traduzida para o português, representa lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, sendo utilizada para medir o lucro da Empresa antes de serem aplicados os quatro itens citados.

Sua finalidade é mensurar o potencial operacional de geração de caixa em uma Empresa, medindo com maior precisão a produtividade e eficiência do negócio. Para sua aferição não é levado em consideração as despesas e receitas financeiras e os gastos tributários, sendo que as Recuperandas são optantes pelo regime de tributação com base no **Lucro Presumido**.

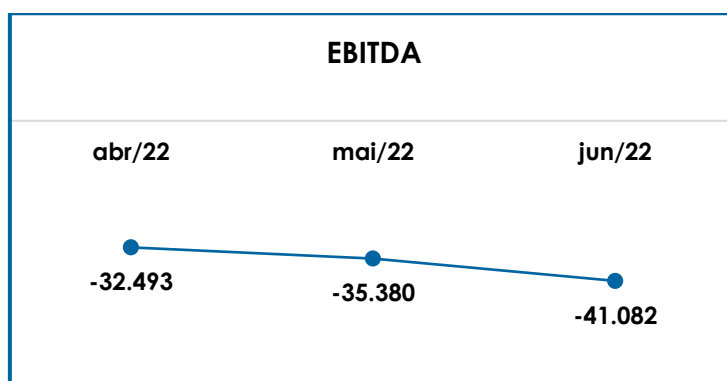
Portanto, o **EBITDA** revela-se como um indicador capaz de demonstrar o verdadeiro desempenho da atividade operacional, cuja demonstração, a respeito das Entidades, está detalhada no quadro a seguir:

EBITDA	abr/2022	mai/2022	jun/2022	acum/2022
(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	69.331	74.500	74.500	457.339
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	- 6.413	- 6.891	- 10.166	- 49.164
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	62.918	67.609	64.334	408.175
(-) CUSTOS	- 43.888	- 52.137	- 51.535	- 269.086
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	19.029	15.472	12.799	139.089
(-) DESPESAS COM SERVIÇOS CONTRATADOS	- 32.167	- 31.211	- 35.211	- 190.842
(-) CONTAS DE CONSUMO	- 1.873	- 2.226	- 1.726	- 9.548
(-) DESPESAS COM IMÓVEL	- 7.316	- 7.316	- 6.816	- 43.280
(-) DESPESAS FOLHA DE PAGAMENTO	- 10.264	- 10.218	- 10.248	- 55.023
(+) DEPRECIAÇÃO	119	119	119	711
(=) EBITDA	- 32.493	- 35.380	- 41.082	- 158.913
(=) EBITDA % RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-47%	-47%	-55%	-35%

Conforme demonstrativo acima, no mês analisado, as Recuperandas apresentaram **EBITDA** negativo em **R\$ 41.082,00**, apontando majoração do valor negativo se comparado ao mês anterior.

O aumento do prejuízo operacional foi de 16%, tendo em vista o acréscimo nas despesas em R\$ 3.029,00, além do acréscimo no importe de R\$ 3.275,00 nas deduções da receita operacional bruta, contribuindo para a elevação do resultado operacional negativo apurado em junho/2022.

Para complementar as informações acima, segue a representação gráfica da majoração do saldo negativo do **EBITDA** no trimestre analisado:



Diante do resultado da operação das Devedoras, o qual, destaca-se, permanece negativo, é imprescindível que adotem estratégias para angariar receitas, bem como retrair seus custos e despesas, na medida do possível, a fim de gerar faturamento suficiente para absorver todos os dispêndios necessários a manutenção dos negócios.

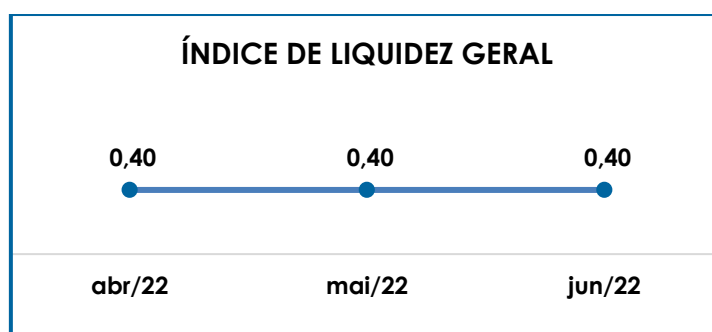
V – ÍNDICES DE ANÁLISE CONTÁBIL

Os **Índices de Análise Contábil** são ferramentas utilizadas na gestão das informações, com o objetivo de beneficiar a adoção de métodos estratégicos para o desenvolvimento positivo de uma organização.

A avaliação desses indicadores é imprescindível para as Sociedades quem buscam investir em estratégias de gestão eficientes para o desenvolvimento do negócio, levando em consideração técnicas e métodos específicos por meio da realização do mapeamento e organização das informações contábeis e fiscais. Depois de colher as informações e compará-las, é possível chegar a um diagnóstico conclusivo que permitirá uma melhor orientação para adoção de decisões mais eficientes.

V.I – LIQUIDEZ GERAL

O índice de **Liquidez Geral** demonstra a capacidade de pagar as obrigações a curto e longo prazo durante determinado período. O cálculo é efetuado por meio da divisão da “disponibilidade total” (ativo circulante somado ao ativo não circulante) pelo “total exigível” (passivo circulante somado ao passivo não circulante). O índice apurado aponta o percentual da dívida total a curto e longo prazos.



De acordo com o gráfico acima, o índice de liquidez geral permaneceu **insatisfatório** em razão do resultado ser inferior a 1 (um), evidenciando, portanto, que as Sociedades Empresárias não dispunham de ativos suficientes para o pagamento das suas dívidas com vencimento a curto e longo prazo, vez que a capacidade de pagamento era de **R\$ 0,40** para cada **R\$ 1,00** de dívida.

Os valores considerados para o cálculo no mês de junho/2022, foram de R\$ 22.784.011,00, referente a soma do ativo circulante e não circulante, dividido pela quantia de R\$ 57.062.065,00, equivalente ao montante do passivo circulante somado ao passivo não circulante.

Ainda, nota-se que no trimestre analisado o índice permaneceu inalterado, tendo em vista que as variações ocorridas no ativo e no passivo não foram expressivas a ponto de alterar o resultado do indicador.

No mais, insta esclarecer que 58% do saldo do ativo total refere-se ao saldo de empréstimos com sócios e terceiros, valores estes que estão sendo motivo de questionamentos periódicos por parte desta Administradora Judicial. Contudo, até o presente momento as Recuperandas nada informaram sobre a previsão de recebimento destes valores.

Cabe destacar, por fim, que parte dos saldos das contas que constam registradas no "Passivo Circulante" e "Passivo Não Circulante" estão sujeitas aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial.

V.II - CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

O **Capital de Giro Líquido**, é um indicador de liquidez utilizado pelas sociedades empresárias para refletir a capacidade de gerenciar as relações com fornecedores e clientes. Seu resultado é formado pela diferença (subtração) entre "ativo circulante" e "passivo circulante". O objetivo da administração financeira é gerenciar os bens da Sociedade Empresária, de forma a encontrar o equilíbrio entre a lucratividade e o aumento do endividamento.

No trimestre abordado, o CGL consolidado das Recuperandas era composto pelos seguintes valores:

São Paulo
Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas
Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

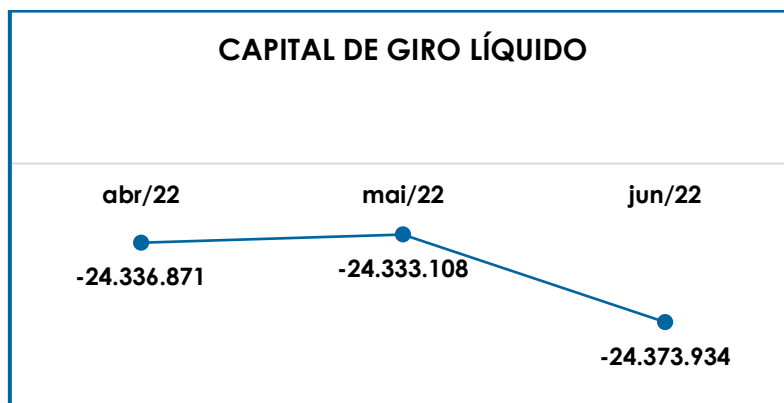
Curitiba
Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	abr/2022	mai/2022	jun/2022
CAIXA	3.236	3.236	3.236
BANCO CONTA MOVIMENTO	177	77	69
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	41.910	41.910	41.910
DUPLICATAS A RECEBER - RECEITAS PRÓPRIAS	1.088.048	1.122.548	1.122.548
(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	- 604.748	- 604.748	- 604.748
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	232.830	234.830	232.830
ADIANTAMENTO A SÓCIOS	3.710	3.710	3.710
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIO	115.626	115.626	115.626
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.561	1.561	1.561
ATIVO CIRCULANTE	882.350	918.749	916.742
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 74.302	- 75.380	- 76.459
IMPOSTOS A RECOLHER	- 2.655.659	- 2.655.879	- 2.656.255
BANCO CONTA MOVIMENTO	- 13.470	- 13.470	- 13.565
PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 13.794.589	- 13.794.589	- 13.794.589
PASSIVO NÃO SUJEITO RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 8.681.202	- 8.712.539	- 8.749.807
PASSIVO CIRCULANTE	- 25.219.221	- 25.251.858	- 25.290.676
TOTAL	- 24.336.871	- 24.333.108	- 24.373.934

Diante do demonstrativo apresentado, foi possível verificar que o CGL apurou indicador negativo de **R\$ 24.373.934,00** no mês em análise, com majoração inferior a 1% se comparado ao mês anterior, o equivalente a R\$ 40.825,00.

Ainda, verificou-se redução inferior a 1% no ativo circulante, fato justificado pelos decréscimos de R\$ 2.000,00 na rubrica "adiantamento a fornecedores" e R\$ 7,00, em "banco conta movimento".

Em relação ao passivo circulante, houve aumento geral de R\$ 38.818,00 se comparado ao mês de maio/2022, tendo em vista, principalmente, o acréscimo nos valores demonstrados no subgrupo "passivo não sujeito recuperação judicial", além das demais variações de menor porte e que ensejaram a elevação do passivo a curto prazo. Abaixo, constata-se representação gráfica da oscilação do saldo negativo do capital de giro líquido apurado no trimestre:



Portanto, é possível concluir que as Recuperandas demonstraram **não possuir capacidade de adimplir com as obrigações exigíveis a curto prazo**, em virtude da diferença substancial entre os valores do “ativo circulante” em relação aos saldos do “passivo circulante, refletindo o grave desequilíbrio entre a lucratividade e o endividamento.

V.III – DISPONIBILIDADE OPERACIONAL

A **Disponibilidade Operacional** representa os recursos utilizados nas operações da Sociedade Empresária, dependendo das características de seu ciclo operacional.

O cálculo consiste na soma de “duplicatas a receber”, ou também comumente chamada de “clientes”, subtraindo o saldo de “fornecedores”.

A operação original considera também o grupo “estoques” para composição do índice, mas as Recuperandas não possuem ativos em estoque em virtude de sua atividade fim ser exclusivamente a prestação de serviços. O quadro abaixo, demonstra a disponibilidade operacional no trimestre analisado, vejamos:

DISPONIBILIDADE OPERACIONAL	abr/2022	mai/2022	jun/2022
DUPLICATAS A RECEBER - RECEITAS PRÓPRIAS	1.088.048	1.122.548	1.122.548

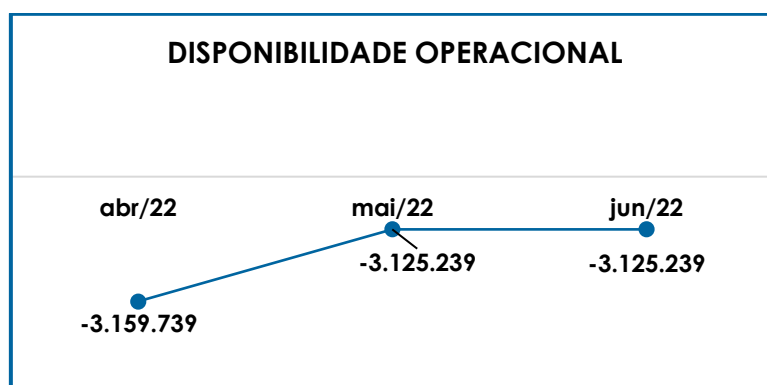
(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	-	604.748	-	604.748	-	604.748
FORNECEDORES CONCURSAIS	-	3.643.039	-	3.643.039	-	3.643.039
TOTAL	-	3.159.739	-	3.125.239	-	3.125.239

No decorrer do trimestre analisado, constata-se que a disponibilidade das Recuperandas apresentou saldo negativo, de maneira que o ciclo operacional das Sociedades tem gerado resultados insatisfatórios.

Em junho/2022, a disponibilidade operacional resultou no indicador negativo de **R\$ 3.125.239,00**, não demonstrando alteração se comparado ao mês anterior.

Além disso, as obrigações reconhecidas com os fornecedores correntes foram adimplidas dentro do período, de maneira que não restou saldo a ser quitado nos meses subsequentes, enquanto os valores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial permaneceram inalterados.

Abaixo, segue a representação gráfica dos resultados negativos da disponibilidade operacional no período de abril a junho/2022:



V.IV - GRAU DE ENDIVIDAMENTO

A composição do **Endividamento**, refere-se ao volume das obrigações a curto e longo prazos, deduzidos os saldos registrados nas contas "caixa e equivalentes de caixa". O resultado do cálculo representa o valor que a Sociedade Empresária necessita para liquidar o passivo que gera a despesa financeira.

Analisando o quadro abaixo, constata-se a apresentação dos resultados de abril a junho/2022, os quais foram obtidos com base na soma de todas as obrigações, apresentadas com sinal negativo, subtraindo-se os valores do grupo "disponível", sendo apresentado com saldo positivo.

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA	abr/2022	mai/2022	jun/2022
BANCO CONTA MOVIMENTO	- 13.470	- 13.470	- 13.565
PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 13.579.350	- 13.579.350	- 13.579.350
PASSIVO NÃO SUJEITO RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 447.249	- 447.249	- 447.249
EMPRÉSTIMOS BANCO	- 42.946	- 42.946	- 42.946
EMPRÉSTIMOS PESSOAS LIGADAS	- 517.367	- 531.037	- 531.757
EMPRÉSTIMOS COM EMPRESAS COLIGADAS	- 11.416.338	- 11.416.338	- 11.416.338
FINANCIAMENTOS	- 369.481	- 369.481	- 369.481
PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 13.502.061	- 13.502.061	- 13.502.061
DISPONÍVEL	45.323	45.223	45.215
DÍVIDA ATIVA	- 39.842.940	- 39.856.710	- 39.857.533
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 74.302	- 75.380	- 76.459
IMPOSTOS A RECOLHER	- 2.655.659	- 2.655.879	- 2.656.255
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 215.239	- 215.239	- 215.239
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 217.350	- 233.174	- 251.555
IMPOSTOS A RECOLHER	- 8.016.603	- 8.032.115	- 8.051.003
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA	- 325.095	- 325.095	- 325.095
PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	- 5.583.711	- 5.583.711	- 5.583.711
DÍVIDA FISCAL E TRABALHISTA	- 17.087.957	- 17.120.594	- 17.159.317
TOTAL	- 56.930.897	- 56.977.304	- 57.016.850

De acordo com o demonstrado acima, observou-se que a dívida financeira líquida totalizou o montante de **R\$ 57.016.850,00** em junho/2022, apresentando acréscimo de R\$ 39.545,00 se comparado ao mês anterior.

A **Dívida Ativa** de R\$ 39.857.533,00, composta pelas obrigações de caráter não tributário, equivaleu a 70% do valor total devido e aumentou a quantia de R\$ 822,00. As principais variações foram a elevação na

conta “empréstimos pessoas ligadas” no valor de R\$ 720,00, em razão da transferência de saldo da rubrica “empréstimo – Ricardo Shinozaki”.

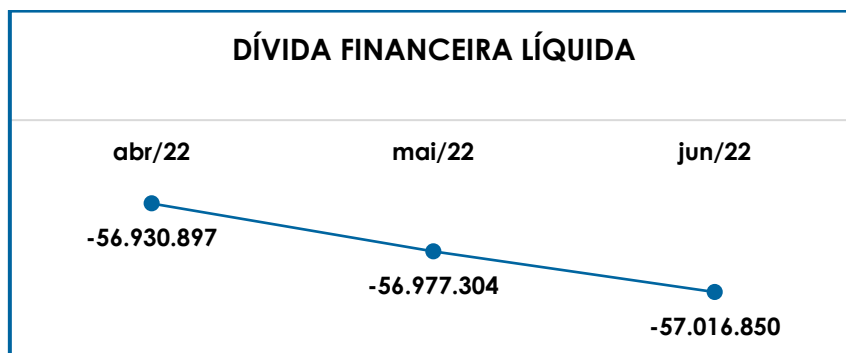
No mais, foram identificados pagamentos aos fornecedores na quantia de R\$ 22.235,00, na Recuperanda Transportadora Shinozaki.

Sobre a **Dívida Fiscal e Trabalhista**, proporcional a 30% do total devido pelas Empresas e com saldo de R\$ 17.159.317,00 em junho/2022, verificou-se que o aumento de R\$ 38.723,00 decorreu, em especial, do lançamento de novos valores a pagar em “impostos a recolher” e “obrigações trabalhistas” extraconcursais, sendo observado pelos Demonstrativos Contábeis o pagamento de remunerações e benefícios ao pessoal direto no total de R\$ 8.432,00.

No mais, cumpre esclarecer que, apesar das solicitações realizadas por esta Administradora Judicial, as Recuperandas disponibilizaram apenas parte dos comprovantes de pagamentos das obrigações trabalhistas no mês de junho/2022.

Além disso, no mês em análise **não** houve registro de pagamentos das obrigações tributárias, sendo informado pelas Empresas o seguinte: **“como já havíamos esclarecido em nossas reuniões realizadas, as Recuperandas procederam a contratação de uma empresa especializada para apuração de créditos em seu nome decorrentes de impostos federais e estaduais, com o intuito de que esses créditos pudessem ser utilizados nas negociações dos débitos perante o fisco.”**

Abaixo, verifica-se o gráfico da majoração do grau de endividamento no trimestre analisado:



Conforme demonstrado, as Recuperandas apresentaram acréscimo da dívida financeira líquida, sendo necessário que as Empresas busquem estratégias de redução do endividamento e alternativas para aumentar a capacidade de pagamento das obrigações correntes.

Conforme análise apresentada, observou-se que os índices de **liquidez geral, capital de giro líquido, disponibilidade operacional e grau de endividamento** encerraram o mês de junho/2022, com indicadores **negativos e insatisfatórios**, demonstrando que as Devedoras não possuíam recursos financeiros para o pagamento de suas obrigações a curto e longo prazos.

Assim, é indispensável e urgente que as Empresas apliquem um plano de ação para aumentar os ativos e reduzir o grave desequilíbrio entre a aplicação dos recursos e suas origens, sendo que essas origens são as fontes do endividamento crescente.

Em paralelo, deve-se implantar estratégias para o adimplemento dos débitos tributários que não estão sujeitos aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial, mas que representam grande parcela do montante devido pelas Entidades.

VI – FATURAMENTO

São Paulo
Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas
Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

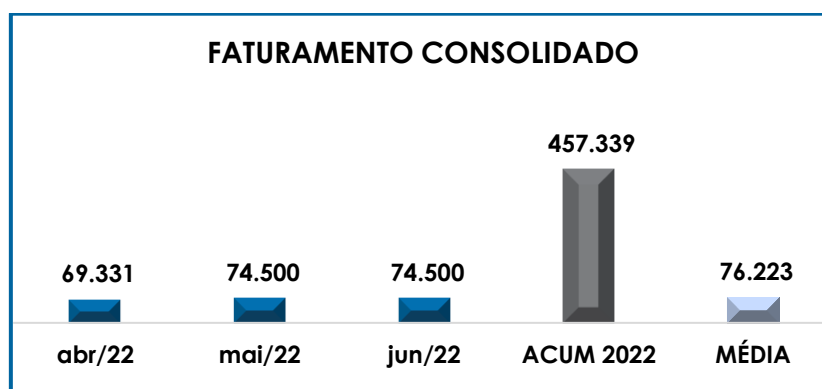
Curitiba
Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

O **Faturamento** consiste na soma de todas as vendas realizadas pela Sociedade Empresária em um determinado período, sejam elas de produtos ou de serviços. Esse procedimento demonstra a real capacidade de produção da Sociedade Empresária, além de sua participação no mercado e seu poder de geração de fluxo de caixa.

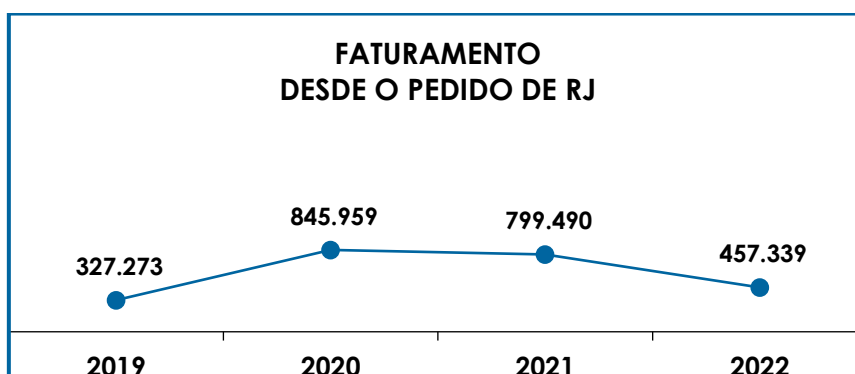
O total da receita bruta auferida pelas Recuperandas no mês de junho/2022, foi de R\$ 74.500,00, não demonstrando alteração em relação ao mês anterior, sendo que a origem do faturamento se manteve pela locação de máquinas e equipamentos no mês analisado.

Neste ponto, vale lembrar que o faturamento apresentado se refere aos serviços prestados com locação de 7 carretas, sendo 3 carretas para empresa **LOCALFRIO S/A ARMAZENS GERAIS FRIGORÍFICOS** e 4 carretas para **CORDEIRO TRANSPORTES LTDA.**, conforme notas fiscais disponibilizadas à Administradora Judicial.

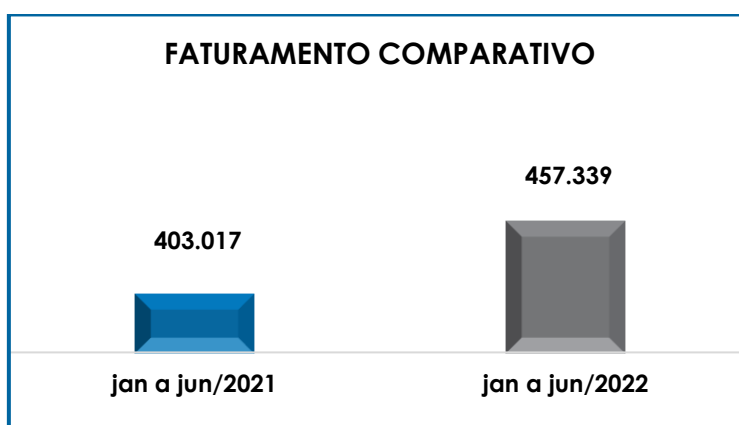
A seguir, temos a representação gráfica do faturamento no período de abril a junho/2022, o valor acumulado no ano corrente e a média de receitas em 2022:



Em complemento, segue comparativo anual do faturamento desde o pedido de Recuperação Judicial:



Além disso, ao levantarmos o faturamento bruto de janeiro a junho/2021, obtivemos o montante de R\$ 403.017,00, sendo este 13% inferior ao total de receitas obtidas no mesmo período do ano de 2022. Segue demonstração gráfica do comparativo realizado:



Diante do exposto, é evidente que as Recuperandas necessitam adotar medidas para elevar a geração de receitas nos próximos meses.

VII – BALANÇO PATRIMONIAL

VII.I ATIVO

O **Ativo** é um recurso controlado pela Sociedade Empresária, sendo resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros. No quadro abaixo, estão apresentados os saldos e as contas que compuseram o total do ativo das Recuperandas no período de abril a junho/2022:

ATIVO	abr/2022	mai/2022	jun/2022
CAIXA E EQUIVALENTES	3.236	3.236	3.236
BANCO CONTA MOVIMENTO	177	77	69
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	41.910	41.910	41.910
DUPLICATAS A RECEBER	1.088.048	1.122.548	1.122.548
(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	- 604.748	- 604.748	- 604.748
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	232.830	234.830	232.830
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.710	3.710	3.710
ADIANTAMENTOS A SÓCIOS	115.626	115.626	115.626
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.561	1.561	1.561
ATIVO CIRCULANTE	882.350	918.749	916.742
OUTROS CRÉDITOS	13.507.514	13.481.194	13.481.194
CAUÇÃO	1.000	1.000	1.000
DEPÓSITOS JUDICIAIS	108.131	108.131	108.131
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	37.150	37.150	37.150
EMPRÉSTIMO	13.349.777	13.323.457	13.323.457
PARCELAMENTOS	11.457	11.457	11.457
IMOBILIZADO	37.570	37.451	37.333
TERRENOS	34.000	34.000	34.000
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.230	14.230	14.230
VEÍCULOS E CAMINHÕES	19.315.481	19.315.481	19.315.481
VEÍCULOS - REBOQUES	1.816	1.816	1.816
(-) DEPRECIÇÃO DE MÁQUINAS E EQ	- 12.476	- 12.595	- 12.713
(-) DEPRECIÇÃO DE VEÍCULOS	- 19.315.481	- 19.315.481	- 19.315.481
CONSÓRCIOS	8.348.742	8.348.742	8.348.742
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.893.826	21.867.388	21.867.269
TOTAL	22.776.176	22.786.137	22.784.011

De modo geral, houve redução no **Ativo** em menos de 1%, o equivalente a R\$ 2.126,00, e saldo final de **R\$ 22.784.011,00**, decorrente de diversas variações nos grupos e contas. Em seguida, apresentamos a análise detalhada das rubricas e suas variações.

- **Ativo circulante:** o ativo a curto prazo representava apenas 4% dos bens e direitos das Empresas, e em junho/2022, sumarizou R\$ 916.742,00, com minoração de R\$ 2.007,00 se comparado ao mês anterior.

- **Disponível:** correspondem aos recursos financeiros que se encontram à disposição imediata das Empresas para pagamento de suas obrigações a curto prazo.

No mês de junho/2022, o saldo total das disponibilidades era de R\$ 45.215,00, sendo R\$ 3.236,00 em “caixa e equivalentes”, R\$ 69,00 em “banco conta movimento” e R\$ 41.910,00 nas “aplicações financeiras” de curto prazo. Em comparação com o mês anterior, observou-se uma redução inferior a 1%, em virtude da minoração de apenas R\$ 7,00 na rubrica “banco conta movimento”.

Sobre as entradas e saídas de numerários, foi identificada entrada de valores na monta de R\$ 150.490,00, e saídas na monta de R\$ 150.497,00, pelo pagamento de fornecedores, salários, aluguéis, despesas bancárias, fretes, contas de consumo, assessoria jurídica e contábil, além dos valores destinados para as contas dos Sócios de R\$ 74.790,00, dos quais houve a devolução de R\$ 75.510,00 do montante retirado, liquidando os valores a serem devolvidos aos caixas das Recuperandas no mês em análise.

- **Adiantamento a fornecedores:** em junho/2022, o saldo a receber era de R\$ 232.830,00, com redução de R\$ 2.000,00 se comparado ao período anterior, em razão da baixa da NF 942.
- **Ativo não circulante:** os ativos realizáveis a longo prazo somaram R\$ 21.867.269,00, sendo proporcionais a 96% do ativo total consolidado em junho/2022.
- **Outros créditos:** o grupo “outros créditos” abrangia os valores a realizar em um período maior que um ano após o encerramento das Demonstrações Contábeis, e que estavam segregados em contas pelos tipos de crédito a que se referiam.

Dentre essas rubricas estão os empréstimos concedidos aos Sócios e a terceiros, sendo que no mês em análise a conta "1.2.1.05.0010 - empréstimos – Ricardo Shinozaki" recebeu diversos lançamentos de valores cedidos que somaram R\$ 74.790,00, em contrapartida das devoluções realizadas no valor de R\$ 75.510,00, liquidando os valores a serem devolvidos ao final de junho/2022.

Em virtude do saldo substancial de participação dos valores emprestados em relação ao ativo consolidado das Empresas, segue quadro demonstrativo dos saldos dos empréstimos ao Sócio Takashi Shinozaki e a outras pessoas relacionadas aos negócios no período de abril a junho/2022:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	abr/2022	mai/2022	jun/2022
EMPRÉSTIMOS - EDISON SHINOZAKI	200.668	200.668	200.668
EMPRÉSTIMOS - WILSON SHINOZAKI	200.769	200.769	200.769
EMPRÉSTIMOS - CYNTHIA SHINOZAKI	4.228	4.228	4.228
EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS	76.300	76.300	76.300
EMPRÉSTIMOS COM EMPRESAS COLIGADAS	11.416.338	11.416.338	11.416.338
EMPRÉSTIMOS AO SOCIO - TAKASHI	1.413.154	1.413.154	1.413.154
EMPRÉSTIMOS - EGBERTO MARCAL TANKA	12.000	12.000	12.000
EMPRÉSTIMOS - RICARDO SHINOZAKI	26.320	-	-
TOTAL	13.349.777	13.323.457	13.323.457

Sobre o cenário acima apresentado, verifica-se que mesmo após o pedido de Recuperação Judicial as Recuperandas permanecem cedendo recursos financeiros aos Sócios e aos demais indicados no quadro acima.

Além disso, no mês de novembro/2021, a rubrica que contabilizava as retiradas do Sr. Ricardo Shinozaki teve seu saldo reduzido em 100%, sendo que parte do montante inicialmente demonstrado foi transferido para a conta de mesmo nome no passivo circulante da Devedora Transportadora Irmãos Shinozaki, de modo que, ao final do mês em questão, restou apenas a obrigação desta Recuperanda para com o Sr. Ricardo.

Conforme esclarecido pela Assessoria Jurídica do Grupo, a compensação de dívidas e outras obrigações entre as partes Ricardo Shinozaki, Shinozaki e Shinozaki Log, foi realizada através de instrumento particular que instruiu um encontro de contas de empréstimos entre Empresas Coligadas x Empréstimos Ricardo Shinozaki, resultando na movimentação indicada no parágrafo anterior.

Em complemento, destaca-se que em todas as Reuniões Periódicas esta Auxiliar do Juízo sempre ressalta a importância da devolução dos valores retirados do caixa das Recuperandas, tendo em vista a inegável precariedade financeira das Devedoras, destacando, inclusive, a necessidade de que se suspenda a prática dos empréstimos.

➤ **Imobilizado:** corresponde ao grupo de contas que engloba os recursos aplicados em bens ou direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento das Sociedades Empresárias.

No mês em análise, o montante apurado foi de R\$ 37.333,00, já abatidas as quantias referentes as depreciações acumuladas, estando composto pelas contas “máquinas e equipamentos”, “terrenos”, “veículos e caminhões” e pela “depreciação acumulada” (reduzora do ativo).

Foi verificado em junho/2022, regressão no valor total do imobilizado, decorrente da apropriação da parcela mensal de depreciação de R\$ 119,00, em virtude do desgaste calculado para as máquinas e equipamentos.

Ademais, importante evidenciar que o Demonstrativo Contábil da Transportadora Irmãos Shinozaki demonstra o saldo de **R\$ 19.315.481,00**, referente aos **veículos** de propriedade das Empresas, sendo que esse valor, difere da relação de bens encaminhada pelos representantes

das Recuperandas em 21/03/2022, que aponta o valor total de **R\$ 24.670.352,78**, de modo que a significativa divergência está sendo objeto de questionamentos.

VII.II PASSIVO

O **Passivo** é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos financeiros. São as dívidas que poderão ter o prazo de quitação em até um ano após o encerramento das demonstrações contábeis ou após um ano, sendo divididas, assim, em exigíveis a curto e longo prazos respectivamente.

No quadro abaixo, constata-se a apresentação das contas e os saldos que compuseram o total do passivo das Recuperandas no período de abril a junho/2022:

PASSIVO	abr/2022	mai/2022	jun/2022
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 74.302	- 75.380	- 76.459
IMPOSTOS A RECOLHER	- 2.655.659	- 2.655.879	- 2.656.255
BANCO CONTA MOVIMENTO	- 13.470	- 13.470	- 13.565
PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 13.794.589	- 13.794.589	- 13.794.589
FORNECEDORES	- 3.643.039	- 3.643.039	- 3.643.039
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	- 3.295.142	- 3.295.142	- 3.295.142
CONTA GARANTIDA	- 6.614.015	- 6.614.015	- 6.614.015
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 215.239	- 215.239	- 215.239
OUTRAS OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS	- 27.154	- 27.154	- 27.154
PASSIVO NÃO SUJEITO RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 8.681.202	- 8.712.539	- 8.749.807
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	- 2.884	- 2.884	- 2.884
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	- 217.350	- 233.174	- 251.555
OUTRAS OBRIGAÇÕES - TERCEIROS	- 444.365	- 444.365	- 444.365
IMPOSTOS A RECOLHER	- 8.016.603	- 8.032.115	- 8.051.003
PASSIVO CIRCULANTE	- 25.219.221	- 25.251.858	- 25.290.676
EMPRÉSTIMOS BANCO	- 42.946	- 42.946	- 42.946
EMPRÉSTIMOS PESSOAS LIGADAS	- 517.367	- 531.037	- 531.757
EMPRÉSTIMOS COM EMPRESAS COLIGADAS	- 11.416.338	- 11.416.338	- 11.416.338
FINANCIAMENTOS	- 369.481	- 369.481	- 369.481
PASSIVO SUJEITO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	- 13.827.156	- 13.827.156	- 13.827.156
EMPRÉSTIMOS COM PESSOAS COLIGADAS	- 154.248	- 154.248	- 154.248
FINANCIAMENTOS	- 7.588.097	- 7.588.097	- 7.588.097
OUTRAS OBRIGAÇÕES	- 5.759.716	- 5.759.716	- 5.759.716
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	- 325.095	- 325.095	- 325.095

PASSIVO NÃO SUJEITO RECUPERAÇÃO JUDICIAL	-	5.583.711	-	5.583.711	-	5.583.711
PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	-	5.583.711	-	5.583.711	-	5.583.711
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	31.756.999	-	31.770.669	-	31.771.389
CAPITAL SOCIAL	-	830.000	-	830.000	-	830.000
RESERVA DE LUCROS	-	2.861.394	-	2.861.394	-	2.861.394
LUCROS DO EXERCÍCIO	-	1.276.998	-	1.276.998	-	1.276.998
(-) PREJUÍZOS		38.559.836		38.559.836		38.559.836
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		522.312		522.312		522.312
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.113.756		34.113.756		34.113.756
TOTAL	-	22.862.464	-	22.908.771	-	22.948.309

De modo geral, houve uma majoração de R\$ 39.538,00, resultando no **Passivo** consolidado de **R\$ 22.948.309,00**. A seguir, apresentaremos a análise detalhada dos grupos de contas do passivo e suas variações no mês de junho/2022.

- **Passivo circulante:** os passivos a curto prazo somavam R\$ 25.290.676,00, sendo que R\$ 2.746.279,00 representavam as obrigações correntes, R\$ 13.794.589,00 se referiam aos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, e a quantia de R\$ 8.749.807,00 contemplava as obrigações não abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Ainda, registra-se que em atendimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 72/2020, as Recuperandas realizaram a separação do passivo sujeito à Recuperação Judicial. Contudo, o valor destacado como tal, difere das quantias informadas no Quadro Geral de Credores consolidado do Grupo, sendo que esta Auxiliar do Juízo solicitou os devidos esclarecimentos, bem como os ajustes necessários.

Em resposta, por ocasião da Reunião Periódica virtual realizada em 09/12/2021, os representantes das Entidades informaram que **“os demonstrativos serão alterados conforme Quadro Geral de Credores”**, o que nada explica sobre a divergência.

Isto posto, todas as orientações sobre a necessidade de correção dos Demonstrativos Contábeis com brevidade foram realizadas,

de forma que estes registros estejam equivalentes aos valores devidamente habilitados no Edital de Credores das Empresas.

➤ **Obrigações Trabalhistas - correntes:** o grupo somou R\$ 76.459,00, registrando majoração de R\$ 1.079,00, se comparado maio/2022.

Além disso, verificou-se que parte das obrigações correntes não foram adimplidas no mês de junho/2022, e que os saldos remanescentes de salários e pró-labore foram reclassificados para a conta "obrigações trabalhistas" no subgrupo "passivo não sujeito recuperação judicial" na Entidade **Transportadora Irmãos Shinozaki**, de modo que o saldo acima indicado remonta de períodos anteriores, de ambas as Recuperandas.

Para complementar as informações mencionadas, segue tabela demonstrativa das obrigações trabalhistas no período de abril a junho/2022:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	abr/2022	mai/2022	jun/2022
SALÁRIOS A PAGAR	- 10.502	- 10.502	- 10.502
PRÓ-LABORE	- 37.659	- 38.738	- 39.817
RESCISÃO A PAGAR	- 20.199	- 20.199	- 20.199
13º SALÁRIOS A PAGAR	- 5.449	- 5.449	- 5.449
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A PAGAR	- 493	- 493	- 493
TOTAL	- 74.302	- 75.380	- 76.459

➤ **Impostos a recolher:** este subgrupo consolidava todos os impostos e tributos devidos pelas Companhias, sendo que em junho/2022, houve aumento de R\$ 376,00, em virtude do reconhecimento do INSS sobre a Folha do mês em questão, ensejando o saldo a pagar ao final do período de R\$ 2.656.255,00.

• **Passivo Não Sujeito a Recuperação Judicial - CP:** esse subgrupo apresenta os valores das dívidas classificadas como extraconcursais, que foram contraídas, em sua maioria, antes do pedido da Recuperação Judicial, sumarizando R\$ 8.749.807,00 em junho/2022.

No mês em questão, a conta de “obrigações trabalhistas” demonstrou aumento de 8% em relação a maio/2022, o equivalente a R\$ 18.380,00, assim como a elevação de R\$ 18.888,00 em “impostos a recolher, sendo que todas as ocorrências citadas resultaram das transferências entre contas do passivo a curto prazo.

- **Passivo não circulante:** as dívidas exigíveis a longo prazo sumarizaram R\$ 31.771.389,00, apresentando majoração inferior a 1% em relação ao mês de maio/2022, sendo que a única ocorrência resultou das transferências entre contas do passivo a curto prazo.

No mais, conforme apontado nos Relatórios anteriores, foi identificado que no mês de julho/2021, as Recuperandas efetuaram a reclassificação do valor de R\$ 143.310,00 na conta de Edison Shinozaki, e R\$ 10.638,00 na conta de Wilson Shinozaki, para o grupo “passivo sujeito a recuperação judicial”.

Entretanto, esta Auxiliar entende que a reclassificação não está de acordo com o listado no Quadro Geral de Credores, uma vez que os Gestores não foram relacionados como credores concursais, sendo necessário, portanto, que as Devedoras verifiquem os lançamentos e efetuem os ajustes necessários.

Por derradeiro, destaca-se que a diferença de R\$ 164.298,00, entre o total do **Ativo** consolidado de **R\$ 22.784.011,00**, e o total do **Passivo** de **R\$ 22.948.309,00**, refere-se ao prejuízo contábil acumulado na Demonstração do Resultado do Exercício no período de janeiro a junho/2022.

Para elaboração da presente análise utilizou-se os Demonstrativos não encerrados e, portanto, o referido valor ainda não havia

sido transportado para o “patrimônio líquido”, causando a divergência mencionada acima.

VII.III – PASSIVO CONCURSAL

Conforme o 2º Edital de Credores publicado em 04/11/2019, nos autos do Processo de soerguimento nº 1127919-19.2018.8.26.0100, bem como em seus incidentes, a relação de credores sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial apresenta a seguinte composição até 02/08/2022:

CLASSES	CREDORES	VALORES	PART. CLASSE
CLASSE I	39	R\$ 2.305.801,60	31%
CLASSE II	0	-	0%
CLASSE III	18	R\$ 3.063.106,27	41%
CLASSE IV	16	R\$ 2.063.462,32	28%
TOTAL	73	R\$ 7.432.370,19	100%

Ademais, importante destacar que na Assembleia Geral de Credores ocorrida em 11/11/2020, o Plano de Recuperação Judicial foi reprovado, sendo que, posteriormente, foi determinado pelo Juízo Recuperacional a apresentação de novo aditivo, a ser votado em nova AGC.

Como consequência à apresentação de novo modificativo, convocou-se nova Assembleia Geral de Credores em ambiente virtual nos dias 08/07/2021 (1ª convocação), não instalada em razão de ausência de quórum (fls. 4.541/4.543), e em 22/07/2021 (2ª convocação), onde votou-se o novo modificativo e houve novamente a **REJEIÇÃO** da proposta das Devedoras após apuração individualizada da votação (fls. 4.556/4.559).

Postas essas questões, cumpre-nos informar que em atendimento às Recomendações do Conselho Nacional de Justiça, as Recuperandas efetuaram as reclassificações para demonstrar, em separado, os créditos concursais e extraconcursais. Contudo, o valor apontado como dívidas

sujeitas aos efeitos da recuperação judicial está divergente do montante apresentado no Quadro Geral de Credores, sendo que os Demonstrativos Contábeis indicam uma quantia substancialmente superior ao valor do Edital de Credores das Companhias, o que já está sendo tratado com as Recuperandas e sobre o que se aguarda as devidas providências.

VIII – DÍVIDA TRIBUTÁRIA

A **Dívida Tributária** é o conjunto de débitos das Recuperandas com os órgãos da administração pública, tais como Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Secretaria da Fazenda Municipal etc., não quitados espontaneamente pela Empresa.

A dívida tributária está representada conforme composição abaixo, e em seguida a análise de cada grupo que registrou variação ou que possua alguma situação que necessite ser comentada:

DÍVIDA TRIBUTÁRIA	abr/2022	mai/2022	jun/2022
INSS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	- 505.028	- 505.404	- 505.780
FGTS A RECOLHER	- 107.475	- 107.475	- 107.475
INSS DESONERAÇÃO	- 225.529	- 225.529	- 225.529
ENCARGOS SOCIAIS	- 838.032	- 838.408	- 838.784
IRRF - SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	- 155	-	-
IRRF S/ SALÁRIOS E PRÓ-LABORE	- 1.340	- 1.340	- 1.340
IRPJ	- 424.161	- 424.161	- 424.161
CSLL	- 239.201	- 239.201	- 239.201
PIS	- 199.027	- 199.027	- 199.027
COFINS	- 919.328	- 919.328	- 919.328
SIMPLES A RECOLHER	- 34.415	- 34.415	- 34.415
IMPOSTOS A RECOLHER	- 8.016.603	- 8.032.115	- 8.051.003
DÍVIDA TRIBUTÁRIA - CP	- 9.834.229	- 9.849.587	- 9.868.475
PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	- 5.583.711	- 5.583.711	- 5.583.711
DÍVIDA TRIBUTÁRIA - LP	- 5.583.711	- 5.583.711	- 5.583.711
TOTAL	- 16.255.972	- 16.271.705	- 16.290.969

De modo geral, houve aumento inferior a 1% se comparado ao mês anterior, o equivalente a R\$ 19.264,00, atingindo o montante de **R\$ 16.290.969,00** em junho/2022. A seguir, apresentaremos os

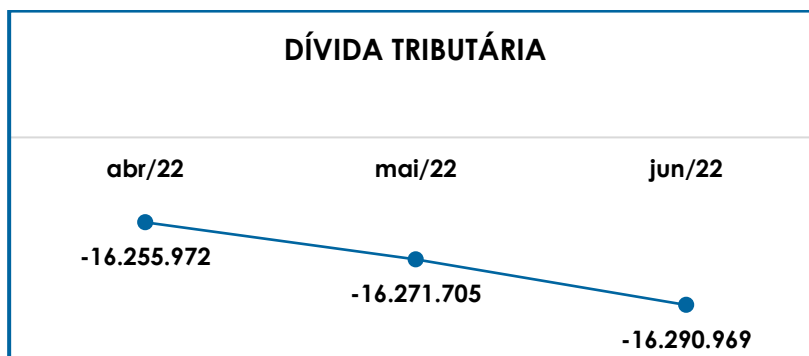
grupos que registraram variação de saldo ou que possuem alguma situação que necessite ser comentada:

- **Encargos sociais:** os encargos sociais somaram R\$ 838.784,00 em junho/2022, demonstrando uma majoração de R\$ 376,00, se comparado ao mês anterior, em razão da apropriação do INSS gerado sobre a Folha de Pagamento do mês em questão.

Além disso, os valores reconhecidos a título de INSS e FGTS sobre a Folha foram integralmente transferidos para a rubrica "impostos a recolher" no subgrupo "passivo não sujeito a recuperação judicial".

- **Dívida tributária – curto prazo:** o grupo das dívidas tributárias exigíveis em um período de até um ano após o encerramento das Demonstrações Contábeis somou R\$ 9.868.475,00, com acréscimo na monta de R\$ 18.888,00, em virtude das transferências de parte dos saldos das contas de "IRRF – serviços pessoa jurídica", "IRRF – s/ salários e pró-labore", "PIS", "COFINS" e "PIS/COFINS/CSLL retido na fonte – PCC" para a rubrica "impostos a recolher" no subgrupo "passivo não sujeito a recuperação judicial".
- **Dívida tributária – longo prazo:** o grupo dos débitos tributários exigidos a longo prazo não apresentaram variação em junho/2022, permanecendo com o montante total de R\$ 5.583.711,00, sendo que anteriormente os saldos estavam divididos entre 7 contas e passou a ser apresentado em uma única rubrica intitulada "PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS".

Abaixo, segue a representação gráfica que demonstra a evolução da Dívida Tributária no trimestre:



Do exposto, foi possível constatar que a majoração constante no montante da dívida tributária consolidada é resultado da ausência de pagamentos dos tributos e encargos sociais, além da apropriação de novos valores inerentes ao funcionamento do negócio.

Assim, é essencial que as Entidades desenvolvam e apliquem um planejamento quanto ao parcelamento e adimplemento dos débitos já reconhecidos, além da gestão dos novos valores apurados mensalmente, de forma que o valor devido não se torne impagável e colabore para a piora da solvência das Recuperandas.

Por fim, ressalta-se que a composição dos valores que formavam o Passivo Fiscal até o momento do pedido da Recuperação judicial, será requisitada as Recuperandas, com o intuito de confirmar os saldos demonstrados à época.

IX – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A **Demonstração do Resultado do Exercício** é um relatório contábil elaborado em conjunto com o Balanço Patrimonial, que descreve as operações realizadas pela Sociedade Empresária em um determinado período. Seu objetivo é demonstrar a formação do resultado líquido em um exercício, por meio do confronto das receitas, despesas e

resultados apurados, gerando informações significativas para a tomada de decisões.

A DRE deve ser elaborada em obediência ao princípio do “regime de competência”. Por essa regra, as receitas e as despesas devem ser incluídas na operação do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As Recuperandas encaminharam demonstrações em formato PDF, porém o saldo apresentado na DRE não coincide com a soma dos valores apresentados nos balancetes, sendo um ponto de questionamento a ser verificado com as Devedoras.

Com o objetivo de demonstrar a situação financeira das Recuperandas de maneira transparente, os saldos da DRE são expostos mensalmente, em vez de acumulados:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	abr/2022	mai/2022	jun/2022	acum/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	69.331	74.500	74.500	457.339
RECEITA DE PRESTAÇÃO SERVIÇO	69.331	74.500	74.500	457.339
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	- 6.413	- 6.891	- 10.166	- 49.164
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	- 6.413	- 6.891	- 10.166	- 49.164
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	62.918	67.609	64.334	408.175
% RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	91%	91%	86%	89%
CUSTOS	- 43.888	- 52.137	- 51.535	- 269.086
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	19.029	15.472	12.799	139.089
% RECEITA OPERACIONAL BRUTO	27%	21%	17%	30%
DESPESAS COM SERVIÇOS CONTRATADOS	- 32.167	- 31.211	- 35.211	- 190.842
CONTAS DE CONSUMO	- 1.873	- 2.226	- 1.726	- 9.548
DESPESAS COM IMÓVEL	- 7.316	- 7.316	- 6.816	- 43.280
DESPESAS FOLHAS DE PAGAMENTO	- 2.424	- 2.424	- 2.424	- 13.332
ASSISTÊNCIA MÉDICA	- 7.840	- 7.794	- 7.824	- 41.691
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	- 320	- 364	-	- 2.024
RECEITA ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	- 32.931	- 35.863	- 41.201	- 161.909
DESPESAS FINANCEIRAS	- 420	- 483	- 487	- 2.753
RECEITAS FINANCEIRAS	1	1	24	364
RECEITA ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	- 33.350	- 36.346	- 41.664	- 164.298
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	- 33.350	- 36.346	- 41.664	- 164.298

Conforme demonstrado acima, em junho/2022, foi apurado prejuízo contábil de **R\$ 41.664,00**, registrando majoração de 15% em comparação ao resultado negativo obtido no mês anterior. A seguir, o detalhamento da movimentação de cada grupo de contas da DRE:

- **Receita operacional bruta:** a “receita operacional bruta” consolidada foi de R\$ 74.500,00, não apresentando alteração quando comparada ao mês anterior, sendo que 100% do faturamento corresponde a Devedora “Transportadora Irmãos Shinozaki Eireli”.
- **Deduções de vendas e serviços:** no mês de junho/2022, as deduções alcançaram a quantia de R\$ 10.166,00, apresentando uma majoração de 48% e equivalente ao montante de R\$ 3.275,00, se comparado ao mês anterior, devido ao reconhecimento da dedução de INSS desoneração sobre a receita operacional do mês.
- **Custos:** os custos somaram R\$ 51.535,00 em junho/2022, com redução de R\$ 602,00 se comparados ao período anterior, tendo em vista, principalmente, a minoração dos custos com “diárias REPOM”.
- **Despesas com serviços contratados:** houve majoração em 13% e o valor final de R\$ 35.211,00, decorrente, em especial, do acréscimo de R\$ 4.000,00 nas despesas com “serviços advocatícios”, bem como houve o aumento nos gastos com “serviços de consultoria e assessoria”.
- **Contas de consumo:** o grupo de “contas de consumo” é formado pelas despesas com “água”, “energia elétrica”, “telefone” e “internet”, abrangendo os gastos incorridos para o funcionamento da operação.

Em junho/2022, estes gastos somaram R\$ 1.726,00, com minoração de 22% em relação ao mês de maio/2022, em virtude da minoração da despesa com "telefone".

- **Despesas com imóvel:** registrou o saldo de R\$ 6.816,00 com redução de 7% em comparação a maio/2022, compostas integralmente pelos gastos com "aluguel de imóvel".
- **Despesas da folha de pagamento:** este grupo registra a despesa mensal com "pró-labore", e no mês analisado houve o reconhecimento da quantia de R\$ 2.424,00.

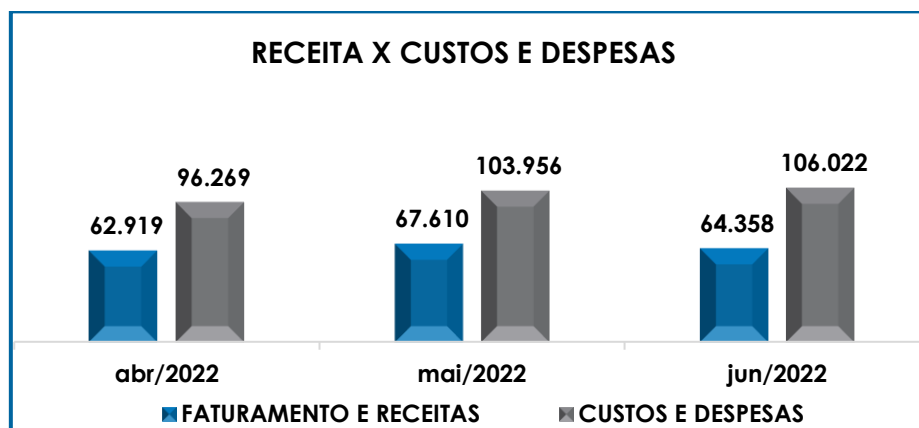
No mais, é importante esclarecer que o valor dispendido com os funcionários está abrangido pelo total dos "custos", uma vez que se referem ao pessoal empregado diretamente na operação das Sociedades Empresárias.

- **Assistência médica:** no mês em análise, houve o reconhecimento da quantia de R\$ 7.824,00 a título de "assistência médica", relativo ao Plano de Saúde dos Sócios e seus familiares, pagos integralmente no mês em questão.

Nas Reuniões Periódicas realizadas ao longo de 2022, o pagamento do convênio médico de familiares dos Sócios sempre é abordado por esta Administradora Judicial, mas os representantes das Recuperandas não se posicionaram sobre o assunto.

- **Despesas financeiras:** no mês de junho/2022, totalizou o montante de R\$ 487,00, referentes aos valores dispendidos com "despesas bancárias" e "juros s/conta corrente".

➤ **Receitas financeiras:** como “rendimentos de aplicações financeiras” as Recuperandas registraram o valor de R\$ 24,00 nas “receitas financeiras” em junho/2022, apresentando um aumento superior a 100% se comparado ao mês anterior. Em complemento ao exposto, segue a demonstração gráfica de todos os custos e despesas em relação ao total de receitas auferidas no trimestre:



Conforme demonstração supra, em junho/2022, as Recuperandas apresentaram um total de receitas líquidas de R\$ 64.358,00, em contrapartida os custos e despesas sumarizaram R\$ 106.022,00, evidenciando a apuração de prejuízo contábil de R\$ 41.664,00. Em complemento, registra-se que, de forma consolidada, no exercício corrente as Devedoras acumulam o prejuízo de R\$ 164.298,00.

Além disso, no cenário atual não existe uma perspectiva de melhora no faturamento para os próximos meses, uma vez que as Empresas não faturam com a sua atividade principal, e sim, a partir, de locação de equipamentos.

Diante do exposto, é esperado que as Entidades consigam angariar novos clientes e elevar o faturamento nos próximos meses, a fim de adimplir com seus compromissos e proporcionar a continuidade dos negócios.

X – CONCLUSÃO

As Recuperandas contavam com o quadro funcional de **12 colaboradores** em junho/2022, dos quais 09 exerciam suas atividades normalmente, 01 estava afastado por licença sem remuneração, 01 por auxílio-doença e por fim 01 na condição de aposentadoria por invalidez.

No que se refere aos gastos com a **Folha de Pagamento**, em junho/2022, estes somaram **R\$ 33.916,00**. Quanto aos pagamentos realizados no mês em questão, constatou-se o adimplemento dos adiantamentos quinzenais e os saldos de salários na monta de R\$ 8.432,00, de maneira que os valores apresentados na Folha de Pagamento do Grupo tiveram sua quitação parcial comprovada, conforme verificado pelos extratos bancários disponibilizados, também de forma incompleta, e pelos registros extraídos do Livro Razão.

Os valores inadimplidos estão sendo transferidos para a conta “obrigações trabalhistas” do subgrupo denominado “passivo não sujeito a recuperação judicial”, na Recuperanda Transportadora Irmãos Shinozaki, e estes compõem o total das obrigações com pessoal ao final de junho/22, conforme apontado no tópico VII.II Passivo.

Sobre o Pró-labore, destaca-se que no exercício corrente não houve o pagamento da remuneração dos Sócios, sendo que as Recuperandas justificaram o inadimplemento pela ausência de recursos financeiros. Entretanto, conforme detalhado nos tópicos III.II – Pró-labore e VII.I – Ativo, desde o início do processo de soerguimento, os Sócios e outras pessoas relacionadas ao negócio realizam empréstimos junto às Recuperandas, provocando as movimentações de entradas e saídas de valores observadas mensalmente.

O cálculo do **EBITDA**, resultou em um prejuízo operacional de **R\$ 41.082,00** no mês de junho/2022, com aumento de 16% em comparação ao mês anterior, tendo em vista que o acréscimo nas despesas em R\$ 3.029,00, superou a redução dos custos no importe de R\$ 602,00, contribuindo para a elevação do resultado operacional negativo apurado em junho/2022.

Na análise do índice de **Liquidez Geral** apurou-se resultado insuficiente de **R\$ 0,40** para cada **R\$ 1,00** de obrigações, constatando-se que as Sociedades Empresárias não dispunham de recursos financeiros para o cumprimento de suas obrigações a curto e longo prazo no mês de junho/2022.

O indicador do **Capital de Giro Líquido** apurou resultado insatisfatório de **R\$ 24.373.934,00** no mês analisado, com aumento no valor negativo em R\$ 40.825,00 se comparado ao mês anterior. Contudo, é fato que as Entidades apresentavam grave desequilíbrio na relação entre a lucratividade, expressa pelos ativos circulantes, e o endividamento, demonstrado pelos passivos circulantes, pois a diferença entre eles é substancial e demandará um trabalho a longo prazo.

No que tange a **Disponibilidade Operacional**, apurou-se o resultado negativo de **R\$ -3.125.239,00**, concluindo-se que as Recuperandas não possuíam disponibilidades suficientes para a quitação dos valores devidos aos fornecedores concursais.

Por sua vez, o **Grau de Endividamento** apresentou aumento em menos de 1%, o equivalente a R\$ 39.545,00, sumarizando um resultado de **R\$ 57.016.850,00**, em especial pelo aumento observado na dívida fiscal e trabalhista, sendo registrado, em junho/2022, pagamentos de salários e dos fornecedores correntes no total de R\$ 30.668,00, o equivalente a menos de 1% do endividamento total das Companhias.

No que se refere ao **Faturamento**, em junho/2022, foi registrada receita operacional consolidada de **R\$ 74.500,00**, que por sua vez, mostra-se insuficiente para cobrir os custos e despesas.

O **Ativo** da entidade possuía o valor de **R\$ 22.784.011,00**, com redução de R\$ 2.126,00. Ainda, ressalta-se que a quantia de R\$ 13.323.457,00, equivalente a 58% do Ativo total das Companhias, se refere aos valores a serem restituídos pelos Sócios e pessoas ligadas às Empresas, e parte desse valor refere-se aos empréstimos entre as Empresas do grupo.

O **Passivo** registrou uma elevação inferior a 1% e saldo final de **R\$ 22.948.309,00**. No mais, destaca-se que o valor das obrigações e origens de recursos difere do total do Ativo em R\$ -164.298,00, referente ao prejuízo acumulado na DRE no período de janeiro a junho/2022.

As Empresas não têm conseguido adimplir com suas obrigações tributárias e os encargos sociais, não havendo registro de pagamento no mês analisado e contribuindo, assim, para a evolução da **Dívida Tributária** em R\$ 19.264,00, alcançando o montante devido ao Fisco de **R\$ 16.290.969,00** ao final de junho/2022.

No mês em análise, a **Demonstração do Resultado do Exercício** apresentou um prejuízo contábil de **R\$ 41.664,00**, tendo em vista a insuficiência de receitas para fazer frente aos custos e despesas.

Por fim, as Recuperandas não apresentaram informações sobre a **Demonstração dos Fluxos de Caixa** no mês em análise, não sendo possível tecer comentários acerca do indicador.

Diante de todo exposto, é necessário que as Companhias busquem formas de alavancar o faturamento e estratégias efetivas para a redução do endividamento, possibilitando que ao longo dos próximos meses revertam o quadro desfavorável e gerem disponibilidades financeiras para cumprimento de suas obrigações.

Em paralelo, e não menos importante, há de ser observado que existem diversas contas no Ativo e no Passivo que, além de apresentarem saldos exorbitantes, não apresentam movimentações há meses, de modo que comprometem a realidade apresentada nos Demonstrativos Contábeis da Empresa. Dessa forma, esta Auxiliar questionará as Recuperandas acerca dos valores identificados.

Ainda sobre este ponto, esta Auxiliar do Juízo tem informado as Entidades, via e-mail e nas Reuniões Periódicas, que a atual situação financeira das Empresas, bem como o próprio processo recuperacional, não permitem a descapitalização do caixa e equivalentes de caixa em prol de pessoas da família.

Ademais, esta Auxiliar ressalta que, considerando-se sempre a busca pela colheita, análise e exposição mais completa possível das informações acerca do panorama geral das Empresas, bem como diante das recentes recomendações divulgadas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo com a finalidade de padronizar as informações a serem prestadas nos relatórios apresentados pelos Administradores Judiciais sobre a situação econômica, contábil e fiscal das sociedades empresárias, solicitamos as devidas providências às Recuperandas no sentido de disponibilização desses dados para efetiva análise.

Entretanto, apesar dos ajustes realizados, conforme exposto em detalhes no tópico VII.III – Passivo Concursal, os valores indicados

nas Demonstrações Contábeis como sujeitos aos efeitos da recuperação judicial não estão compatíveis com os montantes listados no Quadro Geral de Credores atualizado das Entidades, de forma que as diligências sobre o tema seguirão até que as pendências verificadas sejam solucionadas.

Dessa forma, esta Administradora Judicial opina pela intimação das Recuperandas para que esclareçam esses e outros pontos listados abaixo, no prazo sugerido de 10 (dez) dias, rememorando que o artigo 64, V da Lei 11.101/2005, estabelece que negar-se a prestar informações solicitadas pelo Administrador Judicial é causa de afastamento dos Sócios da condução da empresa Devedora.

Isso posto, após análise de todos os dados disponibilizados à esta Administradora Judicial, até o presente momento, as seguintes informações e providências seguem pendentes de conclusão/resposta por parte das Recuperandas, sendo elas:

- a) Colaboradores e Folha:** nos meses de abril e maio/2022, a Folha da Recuperanda **SHINOZAKI TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI** não foi apresentada, além disso, restou pendente a apresentação a integralidade dos comprovantes de pagamentos realizados aos colaboradores no período, o que necessita ser justificado por parte das Recuperandas.

- b) Rescisão paga em maio/2022:** o ex-funcionário **BRUNO JACOB** foi desligado em novembro/2021. Mostra-se necessário que as Recuperandas esclareçam o motivo de terem realizado um pagamento no importe de R\$ 1.697,00, frente ao valor rescisório que corresponde a monta de R\$ 7.593,92, apontado na Folha de Pagamento do mês novembro/2021.

- c) Veículos:** a Devedora Transportadora Irmãos Shinozaki demonstra o saldo de R\$ 19.315.481,00, referente aos veículos de propriedade das empresas, sendo que esse valor difere da relação de bens encaminhada pelos representantes das Recuperandas em 21/03/2022, que aponta o valor total de R\$ 24.670.352,78, de modo que a significativa divergência está sendo objeto de questionamentos, porém sem retorno por parte das Devedoras.
- d) Créditos concursais:** foi identificado que no mês de julho/2021, as Recuperandas efetuaram a reclassificação do valor de R\$ 143.310,00 na conta de Edison Shinozaki, e R\$ 10.638,00 na conta de Wilson Shinozaki, para o grupo “passivo sujeito a recuperação judicial”.

Entretanto, desde já, destaca-se que esta Auxiliar entende que a reclassificação não está de acordo com o listado no Quadro Geral de Credores, uma vez que os Gestores do Grupo Shinozaki não foram listados como credores concursais, sendo necessário, portanto, que as Recuperandas verifiquem os lançamentos e efetuem os ajustes necessários. No mais:

- e) Passivo concursal:** cumpre-nos informar que em atendimento às Recomendações do Conselho Nacional de Justiça, as Recuperandas efetuaram as reclassificações para demonstrar, em separado, os créditos concursais e extraconcursais. Contudo, o valor apontado como dívidas sujeitas aos efeitos da recuperação judicial está divergente do montante apresentado no Quadro Geral de Credores, sendo que os Demonstrativos Contábeis indicam uma quantia substancialmente superior ao valor do Edital de Credores das Companhias, o que já está sendo

tratado com as Recuperandas e sobre o que se aguarda as devidas providências.

- f) Assistência médica:** no mês em análise, houve o reconhecimento da quantia de R\$ 7.823,00 a título de "assistência médica", relativo ao Plano de Saúde dos Sócios e seus familiares, pagos integralmente no mês em questão.

Apesar dos questionamentos realizados por e-mail e nas Reuniões Periódicas realizadas em 2022, os representantes das Recuperandas não se posicionaram sobre o assunto.

Por fim, importante salientar que o presente Relatório foi elaborado com base nos demonstrativos contábeis, financeiros, fiscais e de recursos humanos referentes ao mês de junho/2022, bem como por outros documentos disponibilizados pelas Companhias, e que a referida documentação está disponível para consulta mediante agendamento prévio junto desta Auxiliar do Juízo.

Sendo o que havia a manifestar, esta Administradora Judicial permanece à disposição desse MM. Juízo, do Ministério Público e demais interessados, para prestar os esclarecimentos que se mostrem necessários.

São Paulo (SP), 17 de agosto de 2022.

Brasil Trustee Administração Judicial

Administradora Judicial

Fernando Pompeu Luccas

Filipe Marques Mangerona

São Paulo
Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas
Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

Curitiba
Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

OAB/SP 232.622

OAB/SP 268.409

Ygor Roberto Santos Moura

OAB/SP 411.068

São Paulo

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar
CEP 01141-010 F. 11 3258-7363

Campinas

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

Curitiba

Rua da Glória, 314, conjunto 21
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571